



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014937-15.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Antonio Pereira dos Santos**
 Requerido: **Bv Financeira Sc Cfi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter contraído empréstimo junto ao réu para o financiamento de um automóvel, realizando todos os pagamentos regularmente.

Alegou ainda que não obstante a ré passou a cobrá-lo sem qualquer fundamento e, como se não bastasse, promoveu sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos que experimentou.

A ré em contestação admitiu a existência de dívida em aberto por parte do autor, assinalando que ela teve origem no não pagamento da parcela nº 14 do financiamento celebrado entre ambos.

Acrescentou que a partir daí os pagamentos das parcelas posteriores foram destinados à quitação das outras que se venceram anteriormente, remanescendo a de nº 26 pendente de quitação.

Diante desse cenário, e à míngua de demonstração do pagamento da parcela nº 14 (o boleto relativo a ela se encontra a fl. 38, mas não consta dos autos a comprovação de seu respectivo adimplemento), o autor foi instado a amealhar a comprovação de que ela foi regularmente quitada, com a advertência de que em caso de silêncio se reputaria que isso não sucedeu (fl. 108).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como o autor permaneceu inerte (fl. 110), tal conclusão é de rigor.

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Restou patenteada a existência de dívida por parte do autor que não realizou o pagamento de uma das parcelas do financiamento em apreço.

Diante disso, não se vislumbra irregularidade da ré ao dirigir-lhe as pertinentes cobranças ou ao promover sua negativação, porquanto tinha motivos para tanto.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 51, oficiando-se.

P.R.I.

São Carlos, 11 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**